

**MARIA EMÍLIA DUARTE SILVA**

**PEDAGOGIA DA INCLUSÃO**  
**Entre o Discurso político e a Prática docente**

**Rio de Janeiro**

**2002**

**MARIA EMÍLIA DUARTE SILVA**

**PEDAGOGIA DA INCLUSÃO**

**Entre o Discurso político e a Prática docente.**

**UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA  
DISCIPLINA MONOGRAFIA**

**Reitor: Pietro Novelino**

**Decano: Maria José Cavalleiro Wehling**

**Diretor: Dayse Martins Horta**

**Chefe de Departamento: Mônica Cerbella Freire Mandarinó**

**Professora Doutora: Sueli Barbosa Thomás**

**PEDAGOGIA DA INCLUSÃO - Entre o Discurso político e a Prática docente**

**MARIA EMÍLIA DUARTE SILVA**

Monografia apresentada à Escola  
de Educação da UNIRIO para  
obtenção de grau graduação em  
Pedagogia

Professora Orientadora: Liana R. Teresa Ocampo

**RIO DE JANEIRO**

**2002**

## DEDICATÓRIA:

Dedico este trabalho

À minha avó MARIA LOPES BRUMANO (*In memoriam*), minha inspiração maior nessa vida, por ter me ensinado o valor do trabalho, por ter sido meu maior exemplo de força, coragem e perseverança e por ter, por diversas vezes, uma preocupação com meus estudos maior até do que a preocupação por sua própria saúde.

À minha mãe MARIA JOSÉ DO CARMO, que criou a mim e a meu irmão nos mostrando a importância e o valor da educação, por ser um exemplo de educadora e meu maior motivo de orgulho e inspiração ao escolher a profissão que queria seguir e por ter colaborado para o meu ingresso na universidade e minha permanência nela.

Ao meu marido JORGE ANTÔNIO ALVES LUZ, por ser um exemplo de luta, por seu apoio nas horas difíceis e de desânimo e pelo incentivo que sempre me deu nestes anos de estudo, razão da minha vontade de seguir até o fim.

Ao meu pai DÉCIO JOSÉ DUARTE SILVA, sem o qual o meu ingresso na universidade teria sido, no mínimo, mais sofrido; por ter acreditado em mim e ter me dado oportunidades que não havia podido dar aos meus outros irmãos.

À MARIA MADALENA LEMES DA SILVA, amiga incondicional para todas as horas, inspiração e apoio constante para meu sucesso.

## AGRADECIMENTOS:

À LIANA R. TERESA OCAMPO, por ter aceitado ser minha orientadora na última hora e que, com suas aulas de educação especial, foi uma inspiração para a escolha do tema desta monografia.

À minha querida amiga KÁTIA BRAFMAN, que me ajudou a digitar este trabalho de pesquisa sem nada pedir em troca.

À CLARA ROSA DA SILVA WERNER, pela confiança e pela amizade, por ter aberto as portas de seu colégio e pelo apoio dado a este trabalho de pesquisa.

A todos os amigos do Colégio Eduardo Guimarães, por terem me recebido com tanto carinho depois de tantos anos de ausência...

"Educação Especial é a forma enriquecida de educação geral, visando a melhoria de vida daqueles que sofrem de deficiências diversas no sentido de que lança mão de métodos pedagógicos modernos e de material técnico para remediar certos tipos de deficiência. Na falta de intervenções desse gênero, muitos deficientes correm o risco de ficar, de uma certa forma, inadaptados e prejudicados no plano social e de jamais chegarem a atingir o plano de desenvolvimento de suas capacidades."

(UNESCO)

## SUMÁRIO

RESUMO	10
INTRODUÇÃO	11
1- ANTECEDENTES HISTÓRICOS SOBRE A DEFICIÊNCIA	13
1.1- A SOCIEDADE E SEUS PARADIGMAS	13
1.2- A EDUCAÇÃO ESPECIAL	16
2- EDUCAÇÃO: EXCLUSÃO OU INCLUSÃO	21
2.1- INTEGRAÇÃO SOCIAL	21
2.2- EDUCAÇÃO INCLUSIVA	23
2.2.1- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA	25
3- PEDAGOGIA DA INCLUSÃO: O DISCURSO POLÍTICO NO BRASIL	28
3.1- LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	28
4- FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOCENTE	31
4.1- DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS E ORGANIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE ENSINO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA	32
4.1.1- FORMAÇÃO DO PROFESSOR	34
4.2- FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA NA EDUCAÇÃO	37
5- A CAMINHO DA INCLUSÃO – CASO ESCOLA EDUARDO GUIMARÃES	40
5.1- HISTÓRICO E SITUAÇÃO ATUAL	41
5.2- A PROPOSTA INCLUSIVA	45
5.2.1- VISÃO CONSTRUTIVISTA	47
5.2.2- CURRÍCULO E AVALIAÇÃO	48
5.2.3- ORGANIZAÇÃO DO ENSINO	52

5.2.3.1- ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	54
5.2.3.2- CORPO DOCENTE	54
5.3- RELATO DE EXPERIÊNCIA	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	60
ANEXOS	62

## RESUMO:

Este trabalho trata de um assunto que é motivo de preocupação e insegurança de muitos educadores: o ingresso de alunos com necessidades especiais nas escolas regulares, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação n.º 9.394/96. O objetivo é questionar o funcionamento do sistema de inclusão escolar na prática das instituições regulares de ensino.

O trabalho inicia-se destacando um breve histórico da Educação Especial, passando pela legislação brasileira e mundial, e termina tentando achar uma proposta para a educação inclusiva coerente com a realidade do sistema de ensino no Brasil.

A análise dos dados coletados nos mostra que, apesar do discurso legal ser inovador, por enquanto, só funciona na teoria. A prática dele na vida escolar ainda está distante, contudo, existem alguns colégios como o Colégio Eduardo Guimarães - que trabalha com a integração educacional há mais de vinte anos - que nos mostram que devemos ter esperanças.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho de pesquisa tem por objetivo principal levantar dados sobre a maneira com que vem sendo difundida e realizada nas escolas regulares de ensino a prática da inclusão escolar prescrita pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN) n.º 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, que declara em seu capítulo V – Da Educação Especial – artigo 4º, III, “Atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializados, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

Somente quando não for possível a integração destes alunos, devido às suas condições específicas, é que a eles será oferecido o atendimento educacional em classes, escolas ou serviços especializados.

Este artigo da LDBEN obriga a rede regular de ensino a iniciar uma série de modificação em sua estrutura para poder atender as pessoas com necessidades educacionais especiais; mas o final feliz desta história ainda está longe de acontecer, pois o caminho que leva à educação inclusiva é longo e cheio de obstáculos.

Tendo em vista a realidade acima, é necessário destacar a situação de angústia constante vivida pelo professor em nosso sistema de educação. Apesar da grande maioria de nós, professores, concordarem com a proposta inclusiva contida na LDBEN, é difícil não se amedrontar com a realidade cotidiana. Nos achamos despreparados e carentes de apoio, o que gera uma total insegurança para trabalhar com pessoas com necessidades especiais. Para que essa segurança seja alcançada com êxito e para que nos livremos de vez do “fantasma” da angústia que nos ronda, é necessário que tenhamos uma formação adequada, que sejamos preparados para enfrentar as dificuldades que aparecem na Educação Inclusiva.

O trabalho destaca os antecedentes históricos da Educação Especial, passando pela legislação brasileira e mundial, destacando, também, a formação adequada dos profissionais de educação para atuarem no âmbito da educação inclusiva e o papel social da escola enquanto instituição responsável por difundir a inclusão e o cumprimento da Legislação em vigor. Um estudo de caso foi realizado com o Colégio Eduardo Guimarães, que trabalha com integração na educação há mais de vinte anos. Conclui-se tentando achar uma proposta para a educação inclusiva coerente com a realidade do sistema de ensino no Brasil.

Esperou-se, portanto, com este trabalho de pesquisa, obter mais dados sobre as seguintes questões:

- A inclusão escolar está, de fato, sendo difundida no Brasil?
- Como deve ser dada a formação dos profissionais de educação para que a inclusão seja realizada com êxito?
- Qual o papel da sociedade neste processo?

Esta pesquisa descritiva foi realizada através de uma coleta de dados bibliográficos, onde são abordadas as idéias de alguns autores sobre o assunto e a Legislação em vigor no Brasil. O estudo de caso questiona como essa prática da educação inclusiva vem acontecendo dentro das instituições regulares de ensino a fim de obter referencial técnico. Com isto, se fez necessário refletir sobre as propostas no sentido de compreender o tema levantado.

## 1- ANTECEDENTES HISTÓRICOS SOBRE A DEFICIÊNCIA

### 1.1- A SOCIEDADE E SEUS PARADIGMAS

A sociedade tem uma necessidade de categorizar, de classificar tudo, inclusive as pessoas. Durante muito tempo fez-se necessário separar os “defeituosos” dos “normais”. Todas as pessoas que fugissem do padrão de normalidade imposto pela sociedade eram classificadas como deficientes.

Pela perspectiva da concepção materialista histórica vamos entender a formação e a constituição das sociedades primitivas, tanto as que constituíram os primórdios dos tempos, quanto as mais próximas de nós, bem como sua forma de tratar aleijados, cegos, surdos, coxos, paralíticos, enfim, aqueles que nasciam ou eram acometidos por alguma diferença em relação aos seus semelhantes, considerados normais.

Uma das características básicas desses povos era o nomadismo, sendo que o atendimento das suas necessidades estava totalmente na dependência do que a natureza lhes proporcionava, como por exemplo, a caça e a pesca no tocante à alimentação e as cavernas para se abrigar, razão pela qual é indispensável que cada um se baste por si e ainda colabore com o grupo. É evidente que alguém que não se enquadra no padrão social e historicamente considerado normal, quer seja decorrente do seu processo de concepção e nascimento ou impingido na luta pela sobrevivência, acaba se tornando um empecilho, um peso morto, fato que o leva a ser relegado, abandonado, sem que isso cause os chamados sentimentos de culpa característicos da nossa fase histórica. Podemos afirmar que nas sociedades primitivas, não havia uma teorização, uma busca de causas, mas simplesmente uma espécie de seleção natural.

Na sociedade grega aparece então, o *corpus* teóricos, paradigmas, modelos que atravessarão os séculos e influenciarão decisivamente a cosmovisão da sociedade cristã ocidental.

Um desses paradigmas é espartano. Na medida em que esses gregos se dedicavam predominantemente à guerra, valorizando a ginástica, a dança, a estética, a perfeição do corpo, a beleza e a força acabaram se transformando num grande objetivo. Se, ao nascer, a criança apresentasse qualquer manifestação que pudesse atentar contra a ideal prevalecente, era eliminada. Praticava-se, assim, uma eugenia radical, na fonte. A eliminação dava-se porque a criança não se encaixava no *leito de Procrusto* dos espartanos.

Outro paradigma é o ateniense. A preferência pela agitada vida da *polis*, a filosofia, a retórica, a boa argumentação, a contemplação vão moldar uma concepção de corpo e de sociedade. Ele vai ser assumido, batizado, cristianizado e levado ao paroxismo pelo judaísmo-cristão. Na Idade Média esse paradigma é assumido no âmbito da teologia trazendo profundas repercussões, com base até na sua terminologia. A dicotomia deixa de ser corpo / mente e passa a ser corpo / alma. O indivíduo que não se enquadra no padrão considerado normal ganha o direito à vida, porém, passa a ser estigmatizado, pois, para o moralismo cristão / católico, a diferença passa a ser sinônimo de pecado.

À medida que a Idade Média avançava, a relação da diferença física com pecado ou perversidade é algo que vai recrudescendo, embora a origem dessa concepção remonte há muito tempo antes.

Podemos observar que, nos ensinamentos do judaísmo-cristão contidos na *Bíblia*, dos 22 milagres com curas e exorcismos creditados a Jesus Cristo, oito referem-se a cura de cegos, mudos e gogos, sendo que outros se referem a paralisias, possessões etc. (Botelho, Cit. Bianchetti, 1998). Essa concepção relacionando diferença com pecado, que deve nos auxiliar a compreender a

segregação e a estigmatização, principalmente de milhares de pessoas que foram eliminadas pela fogueira da inquisição.

As pessoas que traziam alguma diferença em seu corpo que fosse considerada não-normal ou que se comportassem de maneira "inadequada" aos padrões da época eram associadas a um suposto consórcio com o demônio. Outra explicação que a Igreja Católica dava para a existência dessas pessoas não-normais, era a de que eles eram instrumentos divinos para alertar as pessoas sobre comportamentos adequados ou dar-lhes a chance de fazer caridade para obter a salvação.

A transição do feudalismo ao capitalismo vai trazer mudanças profundas na sociedade. O gradativo predomínio de uma produção voltada para o mercado, a possibilidade do acúmulo de capital, o desenvolvimento da ciência e de tecnologias que garantirão o domínio do homem sobre a natureza, se diferenciava radicalmente da situação que antes predominava, onde as pessoas se envolviam com a produção para subsistência.

Neste novo contexto social, o corpo passou a ser visto como uma máquina em funcionamento. A partir daí, surge o conceito de que a diferença nada mais é do que a disfunção de alguma peça dessa máquina.

Ocorre a Revolução Francesa. Começa a emergir o caráter reacionário da burguesia e sua gana pelo lucro. O artesanato deu lugar a manufatura no século XVI e esta, por fim, no final do século XVIII, deu lugar a maquinofatura. Desta forma, a produção passa a ser em série, o que vai impor o especialismo, sendo exigido de cada pessoa a eficiência do desempenho de uma ou de algumas tarefas. A tarefa especializada não exigia um "homem inteiro", mas apenas uma parte dele.

Atualmente, esta forma de organização do trabalho vem sendo substituída por uma onde potencialmente estariam dadas as condições para todas as pessoas desfrutarem com igualdade dos avanços e conquistas da ciência e da tecnologia, a

partir da objetivação da inteligência humana nas máquinas. No final do século XX, vemos ter havido uma melhora na forma de conceber e tratar os chamados indivíduos excepcionais. ( Bianchetti, 1998)

## 1.2- A EDUCAÇÃO ESPECIAL

As pessoas consideradas diferentes, principalmente as, chamadas hoje, de portadoras de necessidades especiais, enfrentaram e ainda enfrentam rejeição e não lhes é dado o direito de usufruírem, na medida de suas limitações, do convívio social. Esta rejeição manifestou-se de formas diferentes nos diversos momentos da nossa história:

PERÍODOS DA HISTÓRIA	FILOSOFIA PREDOMINANTE SOBRE OS DIREITOS DA PESSOA PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
<b>Antigüidade</b>	Predominava a filosofia da eugenia. As pessoas portadoras de necessidades especiais eram consideradas como degeneração da raça humana e deviam ser abandonadas ou eliminadas pelo incômodo que representavam aos seus familiares e a sociedade.
<b>Idade Média</b>	Com o predomínio da Igreja e sua filosofia, os portadores de necessidades especiais coçam a ser vistos como pessoas que mereciam caridade e todas as explicações relacionadas às suas "deficiências" estava ligada à crença de expiação de pecados.
<b>Idade Moderna</b>	Nessa época o predomínio da filosofia humanística, valorizava o ser humano: iniciaram-se as primeiras observações, estudos e experiências relacionadas à pessoa portadora de necessidades especiais, mas toda a problemática era vista sob o enfoque patológico.
<b>Idade Contemporânea</b>	Numa primeira fase, havia preocupação com a educação das pessoas portadoras de necessidades especiais, porém essas deveriam ficar segregadas em Instituições especializadas. Na última metade do século XX, a educação evolui no sentido de oferecer a essas pessoas, condições de vida conforme suas necessidades especiais, procurando segregá-las da sociedade, garantindo-lhes o direito de ser diferente.

Até o século XVI reinou absoluta a pedagogia da essência, cuja concepção é a de que essencialmente todos os homens são iguais, portanto devem ser tratados de uma maneira homogênea.

Gradativamente, a partir do século XVI, a questão da diferença do padrão de normalidade vai passar da órbita de influência da Igreja para se tornar objeto da medicina. E quando fala-se de Igreja não refere-se somente a Igreja Católica. Martinho Lutero (1483-1546), no século XVI, sugeriu a um príncipe que afogasse uma criança dado que seu comportamento em nada se enquadrava na normalidade estabelecida.

Ainda nos séculos XV e XVI, com Pracelso (1493-1541) e Cardano (1501-1576), médicos e alquimistas, a visão teológica da diferença perde força, mas vão acabar colocando as bases teóricas para uma interpretação organicista. Esquirol (1772-1840), P. Pinel (1745-1826), J.E. Fodéré (1764-1835), Morel (1809-1837) e outros colaboraram para afirmação de visão fatalista da diferença, dentro de uma visão natista. Pouco havia o que se fazer com os indivíduos diferentes, a solução seria segregá-los.

A partir do momento em que se percebe que a mesma educação para indivíduos ou classes diferentes já não levava aos resultados esperados, os filósofos e pedagogos passam a voltar sua atenção para o estudo das especificidades, que deram corpo à pedagogia da existência.

Dentro dessas preocupações com as especificidades, emerge a urgente preocupação com aquela parcela de crianças que não se encaixam no padrão de normalidade e que por causa disto, acabavam excluídas.

Jean Itard (1777-1838) e E. Seguin (1812-1880), precursor de Piaget na criação da teoria psicogenética, nos séculos XVIII e XIX e Maria Montessori (1870-1952), no século corrente, buscavam ultrapassar as condições psicológicas, mentais

e até físicas que, segundo os organicistas, inviabilizavam uma vida digna e construtiva. (Bianchetti, 1998)

A exclusão das pessoas com necessidades especiais acontecia porque estas eram vistas como inválidas, inúteis, incapazes de trabalhar, de constituir família, não importasse a deficiência que elas possuíam. Algumas culturas, como já havia sido citado antes, escondiam estas pessoas ou simplesmente eliminava-as para que não causassem "desconforto" a seus parentes e à sociedade. Com o passar do tempo, internava-os em grandes instituições de caridade, junto à doentes e idosos. (Período Institucional)

Estas instituições foram se aprimorando e a segregação institucional continuou a ser praticada, já que, só elas ficaram responsáveis à prover todo o suporte necessário para o bem estar destes portadores de necessidades especiais, excluindo, desta forma, estas pessoas da sociedade e destituindo da sociedade a responsabilidade de assumi-las.

Até a década de 60 era predominante a convicção de que as pessoas então consideradas excepcionais deveriam ser educadas à parte da sociedade, já que seus problemas relativos à aprendizagem as diferenciavam das pessoas ditas normais. Ela foi testemunha do crescimento de instituições especializadas no tratamento de portadores de necessidades especiais. Foram criadas escolas especiais, centros de habilitação, centros de reabilitação, oficinas protegidas de trabalho, clubes sociais especiais, associações desportivas especiais.

A reabilitação das pessoas portadoras de necessidades especiais era baseada no modelo médico de deficiência, que segundo Westmacott (Cit. Sasaki, 1997), "tenta melhorar as pessoas com deficiência para adequá-las aos padrões da sociedade."

Se, por um lado, o discurso dominante em reabilitação enfatiza a necessidade de se incrementar as capacidades restantes do cliente, por outro lado, a sua análise revela um enfoque no distúrbio, na doença, na deficiência. É o modelo médico aplicado à reabilitação. Existe o diagnóstico, o tratamento e a "cura", como se a complexa questão da integração social das pessoas deficientes pudesse ser resolvida por uma operação, uma prótese ou seja lá o que for. (Nallin, 1994:171)

A Cooperativa da Vida Independente em Estocolmo (STIL) afirma que "uma das razões pelas quais as pessoas estão expostas à discriminação é que os diferentes são freqüentemente declarados doentes". Este modelo Médico de deficiência nos designa o papel desamparado e passivo de pacientes, no qual somos considerados dependentes do cuidado de outras pessoas, incapazes de trabalhar, isentos dos deveres normais, levando vidas inúteis. (STIL, Cit. Sasaki, 1996)

Fletcher (Cit. Sasaki, 1996) explica o modelo médico da deficiência nos seguintes termos :

**Tradicionalmente, a deficiência tem sido vista como um "Problema", do indivíduo e, por isso, o próprio indivíduo teria que se adaptar à sociedade ou ele teria que ser mudado por profissionais através da reabilitação ou cura.**

O modelo médico da deficiência, portanto, teve uma boa parcela de culpa pela resistência da sociedade em aceitar as pessoas portadoras de necessidades especiais pois ele pregava que este indivíduo tinha que ser reabilitado, modificado,

curado, para que seu ingresso na sociedade fosse aceito. A sociedade não teria a obrigação de aceitar aquele indivíduo até que esta "modificação" acontecesse.

A pessoa deficiente é tida como doente e precisa ser curada, tratada, reabilitada afim de ser adequada à sociedade como ela é, sem maiores modificações.

Tão arraigado é o modelo médico de deficiência, que influenciou fortemente o discurso dos próprios defensores da causa em questão. Porém, em 1995 foi aprovada a "Declaração dos Direitos da Pessoa Deficiente" em seu artigo 7, amplia as modificações dizendo que as pessoas portadoras de necessidades especiais têm direito a tratamentos médicos, psicológicos e funcional, à reabilitação física, à reabilitação social, à educação, à assistência, ao aconselhamento, aos serviços que lhes possibilitarão desenvolver suas capacidades e habilidades ao máximo e acelerarão o processo de sua integração ou reintegração social. (Cit... Sasaki, 1996)

Observa-se que, com o decorrer do tempo, essa educação e a reabilitação passou a ser baseada no modelo de avaliação educacional. Este modelo procura ver o problema sob um ângulo mais saudável, no sentido de melhor desenvolver o lado não comprometido das pessoas portadoras de necessidades especiais, de modo que possam participar plenamente da sociedade a que pertencem. A ênfase, portanto, não é dada ao diagnóstico inicial profundo, mas à avaliação individual das possibilidades de cada aluno.

As instituições foram se especializando para atender pessoas por tipo de deficiência. A segregação institucional continuou sendo praticada.

## 2- EDUCAÇÃO: EXCLUSÃO OU INCLUSÃO

### 2.1- A INTEGRAÇÃO SOCIAL

O conceito de Inclusão, apesar de recente na literatura especializada, tem raízes antigas que surgiram lentamente a partir dos conceitos que chamamos hoje de pré-inclusivistas (Sasaki, 1997:27). Este conceito surgiu para derrubar a prática da exclusão social a que foram submetidas as pessoas portadoras de necessidades especiais, que existe há vários séculos.

A Integração social é o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e para que estes possam vir a assumir seu papel na sociedade. Ela vem com a intenção de contribuir para a construção de uma nova sociedade, uma sociedade inclusiva, através de transformações nos espaços físicos e principalmente, na mentalidade das pessoas, inclusive naquelas portadoras de necessidades especiais que, muitas vezes, acabam assumindo o papel de inválidos para não precisarem lutar. Alguns indivíduos estigmatizados se auto vitimam para conseguirem vantagens que pessoas "normais" não conseguiriam.

O pensar na inclusão se deu quando o mundo viu surgir, no final da década de 60, o movimento pela integração social responsável pela integração das pessoas portadoras de necessidades especiais nos sistemas educacionais. Esse movimento começou a ser difundido porque foram colocados em prática princípios até então vistos como absurdos, tais como: valorização do ser humano e a aceitação das diferenças individuais. Essa nova abordagem teve com base de seu desenvolvimento certos princípios.

Surge o princípio da normalização que se baseia na idéia de proporcionar as pessoas atendidas em instituições ambientes o mais parecidos possíveis com aqueles vivenciados pela sociedade. (Sasaki, 1997:32). E, segundo Mantoan (1997:120):

**A normalização visa tornar acessíveis às pessoas socialmente desvalorizadas condições e modelos de vida análogos aos que são disponíveis de um modo geral ao conjunto de pessoas de um dado meio ou sociedade.**

As pessoas portadoras de necessidades especiais, segundo o princípio da normalização, poderiam ser incluídas na sociedade, podendo, desta forma, ter acesso à educação, trabalho e lazer. A idéia inicial foi, então, a de normalizar estilos e padrões de vida, mas isso foi confundido com a noção de "tornar normais pessoas deficientes". (Jönsson, Cit. Sasaki, 1997)

Avançando pela tentativa da integração, desenvolveu-se na área de educação especial o princípio de *mainstreaming* termo que vem sendo utilizado sem tradução e que significa levar os alunos mais possível para os serviços educacionais disponíveis na corrente principal da comunidade. Sabemos que esta prática correspondia ao que hoje consideramos integração de crianças e jovens que conseguem acompanhar aulas comuns sem que o escola tenha uma atitude inclusiva.

Tanto o princípio de normalização como o processo de *mainstreaming* foram elementos importantes na aquisição de conhecimentos e experiências de integração que, mais tarde, abriram caminho para o surgimento do paradigma da inclusão e da equiparação de oportunidades.

Para que sejam atendidos os objetivos inerentes ao princípio da normalização e da integração social, a educação especial deverá integrar a estrutura organizacional, funcional e administrativa dos sistemas de ensino, permeando toda a oferta, de modo a não se construir em um elemento estanque e à parte.

## 2.2 - EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Há pouco tempo atrás falar em educação inclusiva era um tabu. As instituições, onde toda a educação da pessoa com necessidades educacionais especiais era promovida, tornaram-se um alívio para as famílias, que tinham certeza de estar entregando seus familiares à profissionais especializados, e também para a rede regular de ensino e seus profissionais, que não precisavam se envolver no assunto pois não "correriam o risco" de se defrontarem com tais discentes. Essa situação, ao invés de promover a total habilitação e integração social à que estas pessoas tinham direito, acabavam por perpetuar a exclusão social.

**Educação inclusiva significa provisão de oportunidades equitativas a todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiências severas, para que eles recebam serviços educacionais eficazes, com os necessários serviços suplementares de auxílios e apoios, em classes adequadas à idade em escolas da vizinhança, a fim de prepará-los para uma vida produtiva como membros da sociedade.**

**(Centro Nacional de Restauração e Inclusão Educacional, 1994.)**

Segundo Carvalho. (Planejamento Pedagógico do Colégio Eduardo Guimarães ano de 2002):

Sob o paradigma da inclusão, para que seja bem sucedida, há que construir um sistema educacional diferente do que dispomos atualmente. No seu ideário a inclusão prevê uma escola aberta à diversidade, que possibilite o desenvolvimento integral de todos os educandos, independentemente de suas características pessoais.

A Educação Inclusiva tem como meta construir um sistema educacional que considere as necessidades de todos os alunos, não só os alunos com necessidades especiais, para que todos sejam vistos como iguais.

Presume-se que a finalidade maior da educação especial seja a de identificar, assistir, reabilitar e integrar pessoas portadoras de necessidades especiais, por meio de uma atuação democrática, com base na comunidade, visando reduzir ou eliminar os obstáculos do ambiente e do comportamento humano, possibilitando a vida com o exercício pleno da cidadania.

Segundo Mantoan, (1997):

... a meta primordial da inclusão é a de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo. As escolas inclusivas propõem um modo de se constituir o sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em virtude dessas necessidades. A inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apoia a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.

Para Sasaki (1997) escola deve ser preparada para incluir em sua clientela o aluno portador de necessidades especiais. Todos os funcionários, de todos os níveis, devem ser sensibilizados e treinados. Os pais de alunos (deficientes e não-deficientes) devem ser sensibilizados a assumirem um papel mais ativo em prol de uma escola inclusiva e de uma sociedade inclusiva. Também é de extrema importância a reorganização dos recursos materiais e físicos da escola. Certamente, cada aluno requer diferentes estratégias pedagógicas, que lhes possibilitem o acesso à herança cultural ao conhecimento socialmente construído e à vida.

### 2.2.1 - A DECLARAÇÃO DE SALAMANCA

A Declaração de Salamanca afirma que todos os governos devem:

**...adotar em suas leis e políticas o princípio da educação inclusiva, matriculando todas as crianças nas escolas comuns, a menos que haja razões de força maior para não fazê-lo, (...) investir maior esforço em estratégias de identificação e intervenção precoces, bem como em aspectos profissionais da educação inclusiva. (p. ix)**

O princípio da inclusão consiste no "reconhecimento da necessidade de se caminhar rumo à "escola para todos"- um lugar que inclua todos os alunos, celebre a diferença, apoie a aprendizagem e responda às necessidades individuais". Para proceder às mudanças fundamentais na política exigidas pela abordagem de educação inclusiva, é necessário capacitar escolas comuns para atender todos os alunos, em particular aqueles que são portadores de necessidades especiais.

Há um emergente consenso de que crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devem ser incluídas nos planos educativos feitos para a maioria das crianças. Isto levou ao conceito de escola inclusiva. O desafio para uma escola inclusiva é o de desenvolver uma pedagogia centrada no aluno, uma pedagogia capaz de educar com sucesso todos os alunos, incluindo aqueles com deficiências e desvantagens severas.

O princípio fundamental da escola inclusiva consiste em que todas as pessoas devem aprender juntos, onde quer que isto seja possível, não importam quais dificuldades ou diferenças elas possam ter. Escolas inclusivas precisam reconhecer e responder às necessidades diversificadas de seus alunos, acomodando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando educação de qualidade para todos mediante currículos apropriados, mudanças organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com comunidades.

Nas escolas inclusivas, as crianças com necessidades educacionais especiais devem receber todo apoio extra que elas possam requerer para garantir sua educação eficaz. A escolarização inclusiva é o meio mais eficaz para se formar solidariedade entre crianças com necessidades especiais e seus colegas.

Dentro deste assunto, a Declaração de Salamanca ainda assevera que:

**Os jovens com necessidades educacionais especiais devem receber ajuda para fazer uma eficaz transição da escola para a vida adulta produtiva. As escolas devem ajudá-los a se tornarem economicamente ativos e prover-lhes as habilidades necessárias no dia-a-dia, oferecendo treinamento em habilidades que respondam às demandas sociais e de comunicação e às expectativas da vida adulta. (p.56)**

Diz ainda que: "Os currículos para os alunos com necessidades educacionais especiais (...) devem incluir subsequente treinamento profissional que os prepare para atuarem como membros contribuintes independentes em suas comunidades após terminarem os estudos". (p.56)

O sucesso da escola inclusiva depende, consideravelmente, de identificação, avaliação e estimulação precoces das crianças bem pequenas, portadoras de necessidades educacionais especiais. É necessário destacar que a Declaração de Salamanca deixa claro que preparação adequada de todo o pessoal da educação constitui um fator-chave na promoção do progresso em direção às escolas inclusivistas.

### **3- EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O DISCURSO POLÍTICO NO BRASIL**

Apesar da previsão legal, o número de pessoas com deficiência, condutas típicas ou altas habilidades que são atendidas pela educação especial é ainda muito pequeno, pois a solução para esse tipo de problema não depende apenas de leis, mas, principalmente, de organização das pessoas interessadas e de sua força de pressão, bem como de políticas e recursos bem definidos. No entanto, um aperfeiçoamento da Legislação, como ocorreu a pouco tempo, pode proporcionar maior desenvolvimento não só da Educação Especial, mas da integração das pessoas com necessidades especiais na rede regular de ensino e na própria comunidade. (Motta, 1997:401)

#### **3.1- A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA**

A Lei n.º 4.024, de 1961, já previa, em seus artigos 88 e 89, bem como na Lei 5.692, de 1971, em seu artigo 9º, a necessidade de serviços de educação especial, o seu enquadramento no sistema geral de educação e a integração dos educandos na comunidade.

Em 1971, o MEC, com a portaria Ministerial n.º 86, criou um grupo de trabalho que realizou importante levantamento da situação real da educação especial no Brasil. Com base em suas diversas sugestões, Em 1972, entraram para o I Plano Setorial de Educação, no qual a educação especial foi incluída como área prioritária.

Esse reconhecimento da necessidade da integração dos portadores de necessidades especiais à sociedade levou o Governo Federal a dar prioridade à educação especial e a influenciar os sistemas estaduais de educação a seguirem a mesma diretriz. Logo a seguir, O Poder Executivo Federal criou o Centro Nacional de

Educação Especial, o qual prestou grande contribuição para o desenvolvimento da educação especial em todo o território brasileiro.

Atualmente, cabe à Secretaria de Educação Especial – SEESP, do Ministério da Educação e do Desporto, a responsabilidade pela definição e execução da política nacional de educação especial.

Em 1993, a SEESP, com a participação de dirigentes estaduais e municipais de educação especial e representantes do Instituto Benjamim Constant, do Instituto Nacional de Surdos e de organizações não governamentais que trabalham com educação especial, definiu as linhas gerais da política nacional de educação especial e traçou objetivos e diretrizes bem definidos para a área. Esta política é fruto de toda a evolução histórica da educação especial no Brasil, ocorrida nas décadas de 1970 e 1980.

Pouco tempo depois de sua divulgação, após a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, realizada pela UNESCO em Salamanca, Espanha, em meados de 1994, essa política começou a ser redefinida, mas ainda não está completamente delineada em um novo documento do MEC. As conclusões dessa conferência influenciaram também o texto da Lei 9.393, de dezembro de 1996.

A educação especial é abordada, hoje, pela “Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional” (LDBEN), não só no inciso III do artigo 4º, que é semelhante ao inciso III do artigo 208 da Constituição Federal, mas em todo o Capítulo V, com um conteúdo aberto aos princípios universais e às orientações aprovadas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Cultura e a Ciência – UNESCO e pela Organização Internacional do Trabalho – OIT.

A LDBEN diz, em seu capítulo V, sobre a Educação Especial, que a modalidade de educação escolar para os portadores de necessidades especiais deverá ser preferencialmente oferecida pela rede regular de ensino. Haverá, quando

necessário, serviços de apoio especializados, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. Somente quando não for possível a integração destes alunos, devido às suas condições específicas, é que a eles será oferecido o atendimento educacional em classes, escolas ou serviços especializados.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), em seu capítulo V, Art.58, Diz: "Entende-se por educação especial, para efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para os educandos portadores de necessidades especiais".

Em seu Art.59, Inciso III, a LDBEN diz garantir que os educandos portadores de necessidades especiais tenham direito a: "professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração destes educandos nas classes comuns." Ainda no Art.59, Incisos I e IV, respectivamente, diz que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais currículos, métodos, técnicas recursos educativos e organização específicos, para atender suas; educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins.

Mais recente, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, de 1 de setembro de 2001, afirma em seu artigo 7º que o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais deve ser realizado em classes comuns do ensino regular, em qualquer etapa ou modalidade da Educação Básica. Em seu artigo 9º, destaca que as escolas podem criar, extradiariamente, classes especiais, em caráter transitório, a alunos que apresentem dificuldades acentuadas de aprendizagem ou condições de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos e demandem ajudas e apoios intensos e contínuos.

#### 4- FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOCENTE

“...A questão que se coloca para mim nesse ponto, portanto, não é se a integração social dos portadores de deficiências é uma proposta viável e realista. Isso, só a história dirá. Mas sim, qual o tipo de postura e atuação que nós, profissionais de Educação Especial, devemos ter para abrir a essas pessoas um leque maior de oportunidades afetivas e existenciais – inclusive, a de lutar para conquistar por si mesmas um espaço no seio da sociedade. Da mesma forma como cada um de nós conquistou o seu.”

(Rosana Glatt, Um professor muito especial, 1999)

Segundo a jornalista Ana Jover, 1999, informa que quando a escola recebe um aluno portador de necessidades especiais o diretor deve entrar em contato com a respectiva Secretaria de Educação (estadual ou municipal). A Secretaria, por sua vez, faz um estudo do caso e as possibilidades de remanejar a criança para uma escola próxima que já esteja capacitada a acolher deficientes. Caso isto não seja possível, ela envia uma solicitação ao MEC, que providencia um curso de capacitação. Em princípio o MEC oferece uma fita de vídeo e um livro sobre deficiência mental e um vídeo e três livros sobre deficiência auditiva. Somado a este material, os professores escolhidos para a capacitação recebem um curso de oitenta horas, fornecido pela Secretaria de Educação, que recebe um suplemento de verbas do MEC.

O MEC recomenda parceria com as Universidades e com as Ongs (Organizações não governamentais), que fornecem consultores e especialistas para ensinar ao professor como lidar com o aluno especial. As APAEs ( Associação de Pais e Amigos dos excepcionais) costumam enviar seus profissionais para treinar professores de escolas regulares em processo de inclusão. Entre as Ongs envolvidas

na capacitação, destacam-se também a AACD (Associação de Apoio a Criança Deficiente), as sociedades Pestalozzi e a Federação Nacional dos Surdos.

Mais recentemente, o MEC lançou os Parâmetros Curriculares Nacionais Para a Educação Especial, que vai auxiliar o professor a adaptar, para os portadores de necessidades especiais, o que está proposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). O documento procura facilitar a atuação dos professores na sala de aula com os alunos especiais. (Jornal do MEC, março de 2000)

#### **4.1- DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS E ORGANIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE ENSINO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

A edição de Diretrizes Nacionais (CNE, 2001) envolve estudos abrangentes relativos à matéria que, no caso, é Educação Especial. Muitas interrogações voltam-se para a pesquisa sobre o assunto; sua necessidade, sua incidência no âmbito da Educação e do Ensino, como atendimento à clientela constituída de portadores de deficiências detectáveis nas mais diversas áreas educacionais, políticas e sociais.

Na elaboração do texto para a edição das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, em dois grandes temas:

- a) Tema I: A Organização dos Sistemas de Ensino para o Atendimento ao Aluno que Apresenta Necessidades Educacionais Especiais; e
- b) Tema II: A Formação do Professor. (CNE, 2001)

A Educação Especial, como modalidade da educação escolar, organiza-se de modo a considerar uma aproximação sucessiva dos pressupostos e da prática pedagógica social da educação inclusiva, a fim de cumprir dispositivos legais e político-filosóficos.

Matéria tão complexa como a do direito à educação das pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais requer fundamentação nos seguintes princípios:

- A preservação da dignidade humana;
- A busca da identidade; e
- O exercício da cidadania.

A democracia, nos termos em que é definida pelo artigo 1.º da Constituição Federal de 1988, estabelece as bases para viabilizar a igualdade de oportunidades, e também um modo de sociabilidade que permite a expressão das diferenças, a expressão dos conflitos, em uma palavra: a **pluralidade**. Portanto, no desdobramento do que se chama de conjunto central de valores, devem valer a liberdade, a tolerância, a sabedoria de conviver com o diferente, tanto do ponto de vista de valores quanto de costumes, crenças religiosas, expressões artísticas, capacidades e limitações.

A Consciência do direito de construir uma identidade própria e do reconhecimento da identidade do outro traduz-se no direito à igualdade e no respeito às diferenças, assegurando oportunidades diferenciadas, tantas quantas forem necessárias, com vistas à busca da igualdade. O princípio da equidade reconhece a diferença e a necessidade de haver condições diferenciadas para o processo educacional.

A forma pela qual cada aluno terá acesso ao currículo distingue-se pela singularidade. O cego, por exemplo, por meio do sistema Braille; o surdo, por meio da linguagem de sinais e da língua portuguesa; O paralisado cerebral, por meio da informática, entre outras técnicas.

O convívio escolar permite a efetivação das relações de respeito, identidade e dignidade. Assim, é sensato pensar que as regras que organizam a convivência de forma justa, respeitosa solidária têm grandes chances de serem seguidas.

A educação especial insere-se nos diferentes níveis da educação escolar: Básica – abrangendo educação infantil, educação fundamental e ensino médio – e Educação Superior, bem como na interação com as demais modalidades da educação escolar, tais como a educação de jovens e adultos, a educação profissional e a educação indígena.

Considerando as especificidades regionais e culturais que caracterizam o complexo contexto educacional brasileiro, bem como o conjunto de necessidades educacionais especiais presentes em cada unidade escolar, há que se enfatizar a necessidade de que decisões sejam tomadas local e/ou regionalmente, tendo por parâmetros as leis e diretrizes pertinentes à educação brasileira, além da legislação específica da área.

#### **4.1.1- FORMAÇÃO DO PROFESSOR**

“A preparação adequada de todo o pessoal da educação constitui um fator chave na promoção do progresso em direção às escolas inclusivas”  
Declaração de Salamanca

O curso de formação de professores deve ser fundamentalmente um espaço de construção coletiva de conhecimento sobre o ensino e a aprendizagem. A pesquisa que se desenvolve no âmbito do trabalho do professor possibilita que ele, em sua formação, aprenda a conhecer a realidade para além das aparências, de modo que possa intervir considerando as múltiplas relações envolvidas nas diferentes

situações com que se depara, referentes aos processos de aprendizagem e da vida dos alunos.

Conceber e organizar um curso de formação de professores implica:

- a) definir o conjunto de competências necessárias à atuação profissional;
- b) torná-las norteadoras tanto da proposta pedagógica, em especial do currículo e da avaliação, quanto da organização institucional e da gestão da escola de formação. (CNE, 2001)

Ao elaborar seu projeto curricular, a equipe de formadores deve buscar formas de organização, em contraposição a formas tradicionais concentradas exclusivamente em cursos de disciplinas, a partir das quais se trabalhem conteúdos que, também, são significativos para a atuação profissional dos professores.

A formação de professores para o ensino na diversidade, bem como para o desenvolvimento de trabalho de equipe são essenciais para a efetivação da inclusão.

Tal tema, no entanto, por ser da competência da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CES/CNE), foi encaminhado para a comissão bicameral encarregada de elaborar as diretrizes para a formação de professores.

Cabe enfatizar que o inciso III do artigo 59 da LDBEN refere-se a dois perfis de professores para atuar com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais: o professor da classe comum capacitado e o professor especializado em educação especial.

São considerados *professores capacitados* para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos

conteúdos ou disciplinas sobre educação especial e desenvolvidas competências para:

- I- Perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos;
- II- Flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento;
- III- Avaliar continuamente a eficácia do processo educativo;
- IV- Atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial. ( CNE, 2001)

São considerados *professores especializados em educação especial* aqueles que desenvolveram competências para identificar as necessidades, apoiar o professor da classe comum, atuar nos processos de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos, desenvolvendo estratégias de flexibilização, adaptação curricular e práticas pedagógicas alternativas, entre outras, e que possam comprovar:

- a) Formação em cursos de licenciatura em educação especial ou em uma de suas áreas, preferencialmente de modo concomitante e associado à licenciatura para educação infantil ou para os anos iniciais do ensino fundamental; e
- b) Complementação de estudos ou pós-graduação em áreas específicas da educação especial, posterior à licenciatura nas diferentes áreas de conhecimento, para atuação nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. ( CNE, 2001)

Aos professores que já estão exercendo o magistério devem ser oferecidas oportunidades de formação continuada, inclusive em nível de especialização, pelas instâncias educacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns de ensino regular, como meta de políticas de educação, exige interação constante entre professor da classe comum e dos serviços de apoio pedagógico.

especializado, sob pena de alguns educandos não atingirem rendimento escolar satisfatório.

Cabe a todos, principalmente aos setores de pesquisa, às Universidades, o desenvolvimento de estudos na busca de melhores recursos para auxiliar/ampliar a capacidade das pessoas com necessidades educacionais especiais de se comunicar, de se locomover e de participar de maneira cada vez mais autônoma do meio educacional, da vida produtiva e da vida social, exercendo assim, de maneira plena, a sua cidadania. Estudos e pesquisas sobre inovações na prática pedagógica e desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias ao processo educativo, por exemplo, são de grande relevância para o avanço das práticas inclusivas, assim como atividades de extensão junto às comunidades escolares.

#### **4.2- A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

A política da inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consiste apenas na permanência física desses alunos junto aos demais educandos, mas representa a ousadia de réver concepções e paradigmas, bem como desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades.

Os sistemas escolares deverão assegurar a matrícula de todo e qualquer aluno, organizando-se para o atendimento aos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais nas classes comuns. O planejamento e a melhoria consistentes e contínuos da estrutura e funcionamento das sistemas de ensino, com vistas a uma qualificação crescente do processo pedagógico para a educação na diversidade, implicam ações de deferente naturezas...

O respeito e a valorização da diversidade dos alunos exigem que a escola defina sua responsabilidade no estabelecimento de relações que possibilitem a criação de espaços inclusivos, bem como procure superar a produção, pela própria escola, de necessidades especiais.

A proposição dessas políticas deve centrar seu foco na função social da escola. É no projeto pedagógico que a escola se posiciona em relação a seu compromisso com uma educação de qualidade para todos os seus alunos, dando o provimento dos necessários recursos pedagógicos especiais, para apoio aos programas educativos e ações destinadas à capacitação de recursos humanos para atender a demanda desses alunos.

Assim, a escola deve assumir o papel de proporcionar ações que favoreçam determinados tipos de interações sociais, definindo, em seu currículo, uma opção por práticas heterogêneas e inclusivas. De conformidade com o Artigo 13 da LDBEN, em seus incisos I e II, ressalta-se o necessário protagonismo dos professores no processo de construção coletiva do projeto pedagógico.

Cabe a cada unidade escolar diagnosticar sua realidade educacional e implementar as alternativas de serviços e a sistemática do funcionamento de tais serviços, preferencialmente dentro do âmbito da própria escola, para favorecer o sucesso escolar de todos os seus alunos. Extraordinariamente, os serviços de educação especial podem ser oferecidos em classes especiais, escolas especiais, classes hospitalares e em ambiente domiciliar.

Nesse processo, há que se considerar as alternativas já existentes e utilizadas pela comunidade escolar, que se têm mostrado eficazes, tais como salas de recursos, salas de apoio pedagógico, serviço de itinerância em suas diferentes possibilidades de realização, como também investir na criação de novas alternativas, sempre fundamentadas no conjunto de necessidades educacionais especiais encontradas no contexto da unidade escolar, como por exemplo a modalidade de apoio alocado na

classe comum, sob a forma de professores e/ou profissionais especializados, com recursos e materiais adequados.

Para o êxito das mudanças propostas, é importante que os gestores educacionais e escolares assegurem a acessibilidade aos alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas urbanísticas, na edificação – incluindo instalações, equipamentos e mobiliário – e nos transportes escolares, bem como de barreiras nas comunicações.

Para o atendimento dos padrões mínimos estabelecidos com respeito à acessibilidade, deve ser realizada a adaptação das escolas existentes e condicionada a autorização de construção e funcionamento de novas escolas ao preenchimento dos requisitos de infra-estrutura definidos.

Além disso, deve ser afirmado e ampliado o compromisso político com a educação inclusiva – por meio de estratégias de comunicação e de atividades comunitárias, entre outras – para, deste modo:

- a) fomentar atitudes pró-ativistas das famílias, alunos, professores e da comunidade escolar em geral;
- b) superar os obstáculos da ignorância, do medo e do preconceito;
- c) divulgar os serviços e recursos educacionais existentes;
- d) difundir experiências bem sucedidas de educação inclusiva;
- e) estimular o trabalho voluntário no apoio à inclusão escolar.

Dessa forma, não é o aluno que se amoldará ou se adaptará à escola, mas é ela que, consciente de sua função, coloca-se à disposição do aluno, tornando-se um espaço inclusivo. Nesse contexto, a educação especial é concebida para possibilitar que o aluno com necessidades educacionais especiais atinja os objetivos da educação geral.

## **5- A CAMINHO DA INCLUSÃO - CASO COLÉGIO EDUARDO GUIMARÃES/ IESGM**

De acordo com o tema abordado neste trabalho de pesquisa, foi feito um estudo de caso do Colégio Eduardo Guimarães, que trabalha em filosofia educacional com a integração na educação há mais de vinte anos. (Anexo 1)

O colégio está situado à Rua Mena Barreto, 71 e 120, no Bairro de Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro. Fundado em 1969, teve como sua primeira diretora, a professora Solange Guimarães Mussi, falecida em 1985, mentora da filosofia que até hoje norteia o nosso trabalho.

Tem como projeto pedagógico, a educação inclusiva, uma educação possível que tem por finalidade promover a inclusão / integração da pessoa portadora de necessidades educativas especiais na escola regular.

Acredita que o alicerce para a construção de uma educação democrática é a aceitação e a conscientização de que todos têm direito de viver e de conviver em sociedade.

O colégio oferece cursos de Educação Infantil – do Jardim à Classe de Alfabetização, Ensino Fundamental – de 1ª a 8ª Série, Ensino Médio de 1ª a 3ª Série (2º Grau), Educação de Jovens e Adultos – 5ª a 8ª Fase (Ensino Fundamental), Classes de Reforço Pedagógicas e Classes Profissionalizantes (nível de 1ª a 4ª Série do Ensino Fundamental) – Funcionando nos turnos da manhã, tarde e noite. Trabalhamos com o sistema de semi – internato (para as classes de Educação Infantil, 1ª a 4ª Série e Classes de Reforço) e também com Grupos de Estudos para alunos de 5ª a 8ª Série, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos.

O Colégio Eduardo Guimarães, Ligado a UNESCO, está vinculado à Instituição Educacional Solange Guimarães Mussi, agraciada com os títulos de Utilidade Pública Federal e Estadual pelo trabalho realizado visando a profissionalização e a integração na sociedade da pessoa portadora de necessidades educativas especiais.

O Colégio recebeu prêmios e Moções como a da Câmara Municipal do Rio de Janeiro (Anexo 2) e tem apresentado o seu Projeto Pedagógico em Seminários, Simpósios e Congressos de âmbito nacional e internacional.

A instituição Educacional Solange Guimarães Mussi – IESGM (reconhecida de Utilidade Pública Federal, através do decreto nº 92343/86, de 28/01/86, de Utilidade Pública Estadual, conforme Processo E – 06/11518/92 e o disposto no Decreto nº 18.862, de 27 de Julho de 1993 e no Decreto Lei nº 179, de 09 de julho de 1975, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, conforme Processo nº 28990.017841/95 –12, DE 26/06/1996 e no Conselho Municipal de Assistência Social nº 08/009937/00 foi criada em homenagem à Professora Solange Guimarães Mussi, falecida em 1985, diretora do Colégio Eduardo Guimarães.

## **5.1- HISTÓRICO E SISTEMA ATUAL**

Em 1969, cinco jovens senhoras fundaram no bairro Jardim Botânico, um centro Recreativo de Desenvolvimento Infantil – Mundo da Criança, no intuito de atender crianças e adolescentes, oferecendo atividades criadoras, culturais e esportivas, por hora, num projeto intitulado de "Guarderia" (inspirado na Guarderia Mexicana)

O objetivo era prestar um serviço à comunidade, principalmente às mães que trabalhando fora, não tinham com quem deixar seus filhos.

A Guarderia recebia crianças e adolescentes com ou sem dificuldades que conviviam em plena harmonia. Essa prática inclusiva, apesar de não ser na época conhecida no Brasil e, por isso, o colégio é considerado um dos precursores, era praticada em alguns países da Europa. Seguia-mos o modelo de Maude Manoni (França), inspirado no seu livro Educação Impossível.

Em 1970, o Centro Recreativo de Desenvolvimento Infantil (CREDI) passou a ser a mantenedora do Jardim Escola Mundo da Criança que atendia crianças em idade de pré- escola, funcionando paralelamente com a Guarderia.

As crianças e as escola foram crescendo. Em 1975, o Colégio Eduardo Guimarães (EG) ampliando o atendimento aos alunos de alfabetização ao Ensino Fundamental, mudou-se para o bairro de Botafogo, pois precisava de mais espaço.

A filosofia da escola, que já propunha a inclusão, se estendeu para o Ensino Médio, criado em 1980, trabalho liderado pela Professora Solange Guimarães Mussi.

Em 1985, quando veio a falecer, seus seguidores criaram a IESGM – Instituição Educacional Solange Guimarães Mussi, no intuito de perpetuar e ampliar o trabalho do EG inserindo cursos de caráter profissionalizante, vislumbrando a inserção de seus alunos com necessidades educativas especiais no mercado de trabalho.

A INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL SOLANGE GUIMARÃES-MUSSI – IESGM, é atualmente, uma entidade cuja filosofia se propões a atender crianças, adolescentes e adultos com necessidades educacionais especiais, ou seja, que apresentam problemas na áreas: neurológicas, psicomotora, cognitiva, física e / ou emocional, visando principalmente a sua integração à sociedade. Trabalha com aprendizagem daqueles que, pelas suas defasagens ou patologias apresentadas, não podem freqüentar (definitiva ou temporariamente) o sistema regular de ensino. A esses alunos atende individualmente ou em pequenos grupos, concedendo – lhes bolsas de

estudos (quando necessário), visando a socialização, observando a aptidão de cada um sem, no entanto, deixar de levar em consideração o ritmo e a individualidade.

Oferece cursos profissionalizantes de Artesanato, Carpintaria, Auxiliar de Educação Infantil, Culinária, Auxiliar de Escritório, Informática, Etiqueta, Postura e Cuidados Pessoais e pequenos Consertos.

Desde 1988 desenvolve o Projeto LOGO ARTE para pessoas portadoras de necessidades educativas especiais, através da linguagem computacional LOGO, baseada nos preceitos do Construtivismo.

Promove Concomitantemente, atividades integradoras com o apoio do JARDIM ESCOLA MUNDO DA CRIANÇA / COLÉGIO EDUARDO GUIMARÃES, localizados à Rua Mena Barreto 71 e 120 – Botafogo – Município do Rio de Janeiro – RJ. , Telefone (021) 2527 – 5657 e (021) 2286 – 4946, 3º DEC, IV RA, registrado na Divisão de Apoio Técnico – DAT, da Secretária de Educação e Cultura, sob o nº 3147/91, que cede parte de suas instalações à IESGM.

O JARDIM ESCOLA MUNDO DA CRIANÇA e o COLÉGIO EDUARDO GUIMARÃES, são instituições educacionais com o objetivo de ajudar crianças e adolescentes a alcançarem suas formações, pautadas nos preceitos democráticos da sociedade moderna, com o objetivo de ajudar o educando a alcançar uma formação integral que o capacite, progressivamente, a exercer a sua cidadania, através do pleno desenvolvimento de seus potenciais e do uso consciente e responsável de sua liberdade, dentro das mais modernas técnicas da Educação Inclusiva.

O regime de funcionamento é de externato atendendo alunos de ambos os sexos, podendo atender outras faixas etárias de acordo com as necessidades da clientela.

O colégio desenvolve, ainda, atividades no campo pedagógico como cursos, palestras de reciclagem e atualização, procurando propiciar à equipe de coordenadores e professores participação em Congressos e Seminários, visando credenciar e municiá-los de conhecimentos novos para transmitir e aplicar no seu campo de trabalho.

Os alunos da IESGM estão integrados em todas as atividades juntamente com os alunos do EG como: excursões, olimpíadas, feiras de cultura e de ciências, festivais, gincanas e festas promovidas pelas Instituições co-irmãs, participando com a mesma igualdade de chances e oportunidades oferecidas àqueles que não apresentam nenhuma dificuldade.

No ano de 2001, a IESGM criou o Centro de Artes, Cultura, Esportes e Lazer HARMONIZAÇÃO funcionando à rua Mena-Barreto, 71, diariamente, de 17:00h às 21:00h

O JARDIM ESCOLA MUNDO DA CRIANÇA / COLÉGIO EDUARDO GUIMARÃES é a concretização de um ideal, de uma filosofia. Desde 1969, se pratica a filosofia da Educação Inclusiva, ou seja, uma educação que se estende a crianças e jovens com ou sem dificuldades, que estudam, convivem e crescem num clima de respeito à individualidade, num processo de aprender de acordo com a potencialidade de cada um, visando uma participação efetiva na sociedade.

A função da escola não é, apenas, a de socializar e, sim, desenvolver um trabalho acadêmico de qualidade, levando em consideração as necessidades do educando, tanto nas áreas cognitiva e afetiva, como motora e social.

Cada aluno é um ser único e singular que precisa ser respeitado, incentivado, tornando – se um ser desejante de aprender. Os objetivos do colégio estão aqui destacados:

- Desenvolver um trabalho pautado em princípios democráticos: uma educação para todos, independentemente de cor, credo, nível sócio – econômico ou dificuldades.
- Atender a alunos portadores de necessidades educativas especiais ou não, em turmas regulares ou especiais quando houver impedimentos de ordem cognitiva ou social, promovendo a integração de todos na comunidade escolar.
- Aplicar metodologia baseada nos recursos modernos de educação, levando, porém, em consideração que o “processo de aprender depende do vínculo entre quem aprende e quem ensina”.
- Adotar critérios de avaliação levando – se em consideração as diferenças individuais.
- Preparar os alunos para o exercício pleno de sua cidadania.

Os objetivos estão detalhados no projeto pedagógico da escola (Anexo 3)

## 5.2- A PROPOSTA INCLUSIVA

Conforme já explicado ao longo deste documento, no Brasil a normalização é o princípio que vem norteando a educação especial e a integração, a alternativa adotada como meio para implementá-la. As estratégias de atendimento educacional são sempre decorrentes da filosofia e política educacionais adotadas.

O Colégio realizou estudos relacionados ao processo de integração dos portadores de necessidades educativas especiais no sistema de ensino demonstram que seu sucesso depende:

- a) do planejamento;
- b) da programação educacional;

- c) do atendimento individualizado;
- d) da existência de entrosamento sistematizado de todos os profissionais que atuam, direta ou indiretamente, no desenvolvimento do educando, tanto da equipe de educação regular como da educação especial.

As diferentes estratégias de atendimento educacional, numa perspectiva integrada nos sistemas de ensino, devem considerar:

- a) o princípio de normalização;
- b) educação especial como uma modalidade de atendimento educacional;
- c) a integração como processo;
- d) a individualização do ensino como alternativa para implementar a integração e atingir a normalização.

É ainda necessário que a Educação Especial seja parte integrante do sistema de ensino, só se diferenciando, metodologicamente, enquanto meio para atingir os objetivos e finalidades da educação.

Para que sejam atendidos os objetivos inerentes ao princípio da normalização e da estratégia da integração, a educação especial deverá integrar a estrutura organizacional, funcional e administrativa dos sistemas de ensino, permeando toda a oferta, de modo a não se constituir em um elemento estanque e à parte.

A política da Educação Especial, deve ser entendida como a arte de estabelecer objetivos gerais e específicos decorrentes da interpretação dos interesses, necessidades e aspirações de pessoas portadoras de deficiências, condutas típicas e de altas habilidades, assim como de bem orientar todas as atividades que garantam a conquista e a manutenção de tais objetivos.

Para o IESGM, a Política Nacional de Educação Especial serve como fundamentação e orientação do processo global da educação de pessoas portadoras

de deficiências, de condutas típicas e de altas habilidades, criando condições adequadas para o desenvolvimento pleno de suas potencialidades, com vistas ao exercício consciente da cidadania.

Na Educação Especial, a equipe do IESGM se propõe a:

- Integrar crianças e adolescentes portadores de necessidades educativas especiais com os demais alunos da escola;
- Dar ênfase à competência e, não, à deficiência de seus alunos;
- Propiciar vivências (atividades dentro e fora da escola);
- Trabalhar: aceitação das próprias dificuldades, motivação para procurar superá-las, a auto-crítica, auto-estima e autonomia de seus alunos;
- Trabalhar os alunos de acordo com os diversos níveis de aprendizagem, levando – se em consideração o desenvolvimento cognitivo, emocional e social de cada um;
- Usar a Informática educacional como ferramenta importante para o desenvolvimento cognitivo e social dos alunos.

Para os adolescentes, incentivar atividades profissionalizantes que os capacitem para a inserção no mercado de trabalho e para o exercício de sua cidadania.

### **5.2.1- VISÃO CONSTRUTIVISTA**

O projeto pedagógico do IESGM, pratica o construtivismo abordando a Teoria Construtivista não como uma metodologia mas como uma proposta pedagógica diante da educação e da vida. Não propõe se a resolver todos os problemas da educação embora procure orientar como encaminhar a educação.

O Construtivismo pode ser aplicado em toda instituição que reconheça o aluno como "ser" singular gerador de suas idéias e ações.

A prática pedagógica numa visão Construtivista visa, basicamente, o desenvolvimento da área cognitiva do aluno a partir das informações sistematizadas pela escola. Portanto, é imprescindível considerar os conteúdos pedagógicos como pré-requisito para o processo de articulação do pensamento.

A Escola Construtivista desloca o eixo da compreensão e da interpretação do processo para o aluno. Nela, é importante preservar os educandos de ações prontas que tirem deles o direito de construir, inventar, levantar e comprovar hipóteses. É fundamental que o aluno sinta o desafio da busca e o prazer da conquista.

Uma interpretação Construtivista da aprendizagem escolar é incompatível com uma concepção de ensino entendido como pura transmissão de conhecimentos. Uma concepção Construtivista da intervenção pedagógica não renuncia a formular prescrições concretas para o ensino nem a planejar cuidadosamente as atividades de ensino/aprendizagem.

### **5.2.2- CURRÍCULO E AVALIAÇÃO**

No que se refere ao currículo e avaliação, o projeto pedagógico do colégio afirma que um currículo é uma tentativa de comunicar os princípios e características essenciais de um propósito educativo, de tal forma que permaneça aberto à discussão crítica e possa ser efetivamente translado à prática.

O currículo é um instrumento que orienta a prática pedagógica. Deve levar em conta as condições reais nas quais o projeto pedagógico vai ser realizado situando-se justamente entre as intenções, princípios e a prática pedagógica.

A repercussão das experiências educativas formais sobre o crescimento pessoal do aluno está fortemente condicionada ao seu nível de desenvolvimento operatório. A cada um dos estágios de desenvolvimento corresponde uma forma de organização mental, uma estrutura intelectual, que se traduz em possibilidades de raciocínio e de aprendizagem a partir da experiência. O projeto curricular deve levar em conta essas possibilidades, não só no tocante à seleção dos objetivos e conteúdos mas também na maneira de planejar as atividades de aprendizagem a fim de ajustá-las às peculiaridades de funcionamento da organização mental do aluno.

Deve-se estabelecer uma diferença entre o que o aluno é capaz de fazer e de aprender sozinho, e o que o aluno é capaz de fazer e aprender com a ajuda e a participação de outras pessoas (zona de desenvolvimento proximal). Assim, o ensino eficaz é o que parte do nível de desenvolvimento de cada aluno, não para se acomodar a ele, mas para fazê-lo progredir através da sua zona de desenvolvimento proximal, para ampliá-la e gerar, eventualmente, novas zonas de desenvolvimento proximal.

Para que a aprendizagem seja significativa deve-se motivar o aluno a relacionar o que aprende com o que já sabe, ou seja, estabelecer relações entre o novo conteúdo e os elementos disponíveis em sua estrutura cognitiva.

No currículo, são proporcionadas informações sobre:

**a) O que ensinar:**

Conteúdos (experiência social culturalmente aceita), que inclui:

- Conceitos – sistemas explicativos, habilidades normas, valores, etc.
- Objetivos – os processos de crescimento pessoal do aluno, sendo necessário, portanto, optar sobre a maneira de ordenar e dar seqüência aos conteúdos e objetivos.

As atividades escolares caracterizam-se por serem atividades intencionais que respondem a alguns propósitos e perseguem a consecução de algumas metas.

Uma das tarefas do Projeto Curricular é proceder à análise, classificação e identificação das intenções que presidem o projeto educacional.

Os objetivos gerais descrevem, em termos de capacidades do aluno, os resultados esperados. Os objetivos gerais podem ser finais ou intermediários. E, por último, os objetivos específicos ou operacionais, que surgem da divisão de um objetivo geral nos objetivos específicos necessários a uma concretização bem sucedida.

**b) Quando ensinar:**

A Educação formal abrange conteúdos complexos e interrelacionados. Incide sobre diversos aspectos do crescimento pessoal do aluno, também sendo necessário, portanto, optar sobre a maneira de ordenar e dar seqüência aos conteúdos e objetivos.

Uma leitura cuidadosa do esquema que resume o processo de democratização das intenções educativas mostra que as decisões sobre quando ensinar situam-se em diferentes planos (anexo 4)

**c) Como ensinar (Metodologia de Ensino):**

A maneira de estruturar as atividades de ensino/aprendizagem das quais participarão os alunos, a fim de atingir os objetivos propostos em relação aos conteúdos selecionados.

Princípios relativos à maneira de ministrar o ensino, que devem ser incluídos no Projeto Curricular:

- As características individuais dos alunos são resultados da sua história pessoal e podem ser modificadas em função das suas experiências educativas futuras.
- Aquilo que um aluno é capaz de aprender em um momento determinado depende das suas características individuais, mas também e sobretudo do tipo de ajuda pedagógica proporcionada.
- A verdadeira individualização, não consiste em "rebaixar" ou diversificar objetivos e/ou conteúdos, mas em ajustar o tipo de ajuda pedagógica às características e necessidades dos alunos.
- Os métodos de ensino podem ser classificados em função da quantidade e qualidade de ajuda pedagógica que oferecem aos alunos;
- O projeto Curricular não deve recomendar um método de ensino determinado e deve incluir critérios gerais de ajuda pedagógica e exemplificá-los mediante propostas concretas de atividades de ensino/aprendizagem nas diferentes áreas curriculares.

**d) O quê, como e quando avaliar:**

A avaliação é um elemento indispensável que assegura se a ação pedagógica responde adequadamente às mesmas e introduz as correções oportunas em caso contrário.

Avaliação Inicial:

Pode ser entendida como instrumento de ajuste e recurso didático que se integra ao próprio processo de ensino. Proporciona informações úteis ao professor para decidir o nível de profundidade no qual devem ser abordados os novos elementos do conteúdo de acordo com os progressos, dificuldades e bloqueios dos alunos. À medida que o processo educativo se desenvolve, o tipo de ajuda pedagógica deve ir sendo ajustada.

### Avaliação Formativa:

É a avaliação do processo de aprendizagem. É uma prática universal realizada em maior ou menor grau, quase sempre de forma intuitiva e, na maioria das vezes, inconsciente, mas com resultados satisfatórios. A importância do ajuste progressivo da ajuda pedagógica, aconselha uma prática mais formal de avaliação. Isto costuma concretizar-se na observação sistemática do processo de aprendizagem do aluno, com a ajuda de certas pautas ou roteiros de observação e no registro das informações obtidas em planilhas individuais ou grupais, especialmente formuladas para facilitar o acompanhamento do processo.

### Auto-avaliação:

Para avaliar é preciso, primeiramente, se auto-avaliar, repensar nossa ação em relação aos resultados positivos ou negativos alcançados, definindo nossa ação em relação a cada grupo ou aluno individualmente.

É importante incentivar e respeitar o processo de auto-avaliação dos alunos, procurando desenvolver o espírito crítico, a conscientização de suas possíveis limitações ou potencialidades.

### **5.2.3- ORGANIZAÇÃO DO ENSINO**

“A educação deve ser estruturada em quatro alicerces:  
Aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver e  
aprender a ser.”

Reunião da Comissão internacional sobre Educação para o  
Século XXI.

Neste ponto devem ser destacadas algumas propostas do colégio com relação a organização do ensino:

A educação Infantil recebe alunos do Jardim I à Classe de Alfabetização. O trabalho desenvolvido em no colégio é baseado nos preceitos do construtivismo, como já anteriormente exposto, as atividades têm como objetivo a sistematização do conhecimento através de jogos, manuseio de materiais variados, brincadeiras que envolvem o corpo, das vivências na escola e nos passeios.

O método de alfabetização amplamente comprovado, tem como objetivo ir de encontro às necessidades do aluno, não restringindo a uma teoria ou corrente específica, levando a criança à descoberta "do tesouro" que é aprender a ler e escrever.

O 1º segmento do Ensino Fundamental recebe alunos de 1ª a 4ª Série e das Classes de Reforço Pedagógico. Tem como objetivo trabalhar as etapas do Conhecimento desenvolvendo a crítica, o espírito de cidadania e a consciência ecológica, respeitando a fase do desenvolvimento de cada um.

As Classes Profissionalizantes atendem adolescentes, da alfabetização a 4ª série do Ensino Fundamental. Nesse trabalho diferenciado, vamos de encontro às necessidades do aluno dando ênfase à competência de cada um.

As Classes Profissionalizantes desenvolvem através da IESGM atividades de: Artesanato, Carpintaria Culinária, Aux. de escritório, Aux. Escolar e Videomaker.

O 2º segmento do Ensino Fundamental (de 5ª a 8ª série), o Curso de Educação de Jovens e adultos (5ª a 8ª fase), e o Ensino Médio, não visam somente a informação, como também a formação ensejando que seus alunos relativizem esta formação e informação para o mercado de trabalho e para a vida.

### 5.2.3.1- A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional do estabelecimento se apresenta da seguinte forma:

#### I – DIREÇÃO PEDAGÓGICA

- a) Diretor Pedagógico (D. PED.)
- b) Vice – Diretor. (V.D. PED.)
- c) Secretaria Escolar (SEC)
- d) Coordenação / SOP (Coordenação pedagógica/ serviço de orientação pedagógica)
- e) Serviço de orientação Educacional (SOE)
- f) Setor de Recursos Pedagógicos (SRP)
- g) Setor de projetos Especiais (SPE)
- h) Espaço de Tecnologia Educativa (ETE)

#### II – DIREÇÃO ADMINISTRATIVA

- a) Diretor Administrativo
- b) Tesouraria e Finanças
- c) Mecanografia
- d) Serviços Auxiliares
- e) Setor de Compras
- f) Setor de Almoarifado
- g) Contabilidade de As. Jurídica

### 5.2.3.2- CORPO DOCENTE:

O Corpo docente é constituído por todos os professores que fazem parte da equipe pedagógica do JARDIM-ESCOLA MUNDO DA CRIANÇA / COLÉGIO EDUARDO GUIMARÃES, sendo assegurados os direitos legais e o respeito à sua autoridade e prestígio no desempenho de sua função.

As equipes de Educação Infantil (Jardim I, II, III e C. A.), Ensino Fundamental (de 1ª a 8ª série), Ensino Médio (1º ao 3º ano), Educação Especial (Classes de Reforço Pedagógico e profissionalizantes) e Educação de Jovens e adultos, se propõem a trabalhar nas áreas de Linguagens e Códigos e suas Tecnologias, Ciências Naturais, Matemática e suas Tecnologias, Ciências Humanas e suas Tecnologias, e/ou por atividades e disciplinas).

Para que o trabalho desenvolvido no EG / IESGM obtenha sucesso é necessário que os professores sigam algumas propostas:

- Estar sempre em processo de reciclagem (através de reuniões na escola, cursos, congressos, etc.).
- Procurar usar de práticas criativas e motivadoras como: dinâmicas de grupo, vídeos, slides, produção de filmes pelos próprios alunos, pesquisas, seminários, passeios pedagógicos, etc.
- Procurar recursos de educação através da arte, e quando preciso solicitar ajuda de profissionais que atuam na escola nas áreas de artes plásticas, música, teatro, literatura.
- Estar sempre em contato com as respectivas coordenações para planejamento, avaliação de estratégias e reivindicações e sugestões.
- Estar sempre alerta à orientação do SOE no intuito de melhorar o vínculo professor – aluno, professor – professor, professor – escola.
- Uma maior interação equipe pedagógico / administrativa.
- Participar dos eventos sociais da escola, promovendo a integração de todos os segmentos.
- Valorizar o papel da família no processo de desenvolvimento dos alunos, promovendo através do SOE, palestras sobre temas variados; incentivar os pais / responsáveis a participarem das reuniões de Pais e Mestres (bimestrais) e atender as famílias para orientá-las ou, ainda, solicitar ajuda no que diz respeito ao aproveitamento ou comportamento de seus filhos.

Verificamos importância do corpo docente seguir estas propostas, pois o ser humano é um ser inacabado, sempre em transformação. Esta característica deve estar presente no lado profissional do ser humano. Por esta razão, podemos afirmar que as propostas de que o profissional deve estar sempre em reciclagem, procurar usar de práticas criativas e motivadoras, procurar recursos de educação, ou seja, estar sempre em transformação, são indispensáveis para o sucesso do processo de ensino/aprendizagem.

### 5.3- RELATO DE EXPERIÊNCIA

Quando iniciei este trabalho de pesquisa, senti a necessidade de expor as experiências vividas por mim nos anos que estudei e trabalhei no Colégio Eduardo Guimarães.

Ingressei no Colégio Eduardo Guimarães em 1992, na sétima série do Ensino Fundamental. Meu irmão Thiago, que nasceu pré-maturo de peso e de tamanho, um dos fatos que o levou a possuir problemas psicológicos e cognitivos, estudava lá em classe especial de alfabetização há dois anos.

Antes de meu irmão ingressar neste colégio, eu não tinha a menor noção do que era conviver diariamente com pessoas com necessidades especiais, com exceção dele, é claro.

Em minha sala de aula havia pessoas com diversos níveis de necessidades especiais: uma surda, uma com surdez parcial, uma com visão subnormal, uma que possuía uma válvula no cérebro, adquirida por causa de uma hidrocefalia causada por Meningite e duas pessoas com deficiências em uma das pernas. Aquela realidade, primeiramente, me chocou. Com o passar das primeiras semanas de convivência, pude notar que aquelas pessoas que me chocavam eram tão inteligentes e capazes quanto eu.

O sentimento ruim que esteve presente naquele primeiro momento se transformou em sentimentos puros de companheirismo e solidariedade. Eu, que à princípio me envergonhava do colégio aonde estudava, agora me orgulhava e o defendia com unhas e dentes.

Lá, fiz amigos sinceros e fiéis que estão do meu lado até hoje, dez anos depois de meu ingresso no colégio.

Quando cheguei à oitava série do Ensino Fundamental, fui surpreendida pela notícia que iria ter que sair do colégio por questões financeiras. Meus pais já não podiam arcar com os custos dos meus estudos e o do meu irmão. Optaram por ele porque era mais novo e precisava realmente estudar lá; eu poderia me adaptar a qualquer colégio, ao contrário dele.

Abandonar o local que tanto me mudou, os amigos queridos, tanto alunos quanto profissionais que lá trabalhavam, me afastar daquela filosofia era um fato que não queria encarar.

Comecei a pensar numa maneira de não me afastar, precisava trabalhar. Mas quem daria emprego a uma menina de 16 anos e nenhuma experiência? Foi aí que tive uma idéia que mudou minha vida pessoal e profissional para sempre.

Fui conversar com a Diretora do colégio, Clara Rosa da Silva Werner, e pedi à ela que me desse um emprego no colégio, algo suficiente para pagar por meus estudos. Na mesma hora, sem pensar duas vezes, ela me ofereceu um cargo de auxiliar de professora. Desta forma eu poderia estudar pela manhã e trabalhar a tarde. Aceitei. Esta solução foi mais que bem vinda.

Comecei a trabalhar no colégio em fevereiro de 1994 e lá fiquei até me formar no antigo segundo grau. Tive oportunidade de não só estudar com pessoas "especiais", mas de trabalhar com elas. Esta experiência rica que vivi no Eduardo Guimarães definiu o que hoje eu sou: uma profissional de educação que respeita as diferenças e que pretende fazer de seu futuro profissional uma arma contra a exclusão no sistema educacional brasileiro. Não só da exclusão de pessoas com necessidades especiais, mas daquelas pessoas que não podem usufruir de seu direito legal à uma educação justa, de qualidade e para todos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade do sistema educacional do Brasil, no que diz respeito a educação inclusiva, está longe de cumprir as normas estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9.394/96. Apesar de sua filosofia sobre educação inclusiva ser ideal, infelizmente, não está sendo difundida no cotidiano de sala de aula.

De acordo com os dados coletados nesta pesquisa, baseada em autores especializados, a verdadeira difusão da inclusão escolar em nosso país não depende somente de leis que a mencionem, depende de uma mudança estrutural complexa de nossa sociedade e de nosso sistema educacional. Há também, e principalmente, a necessidade de apoio e interesse por parte do poder público.

Se faz necessária a conscientização dos profissionais de educação, não só dos professores, mas também de todos que fazem parte da instituição escolar, da importância de se ter uma visão geral da educação especial e de se conhecer tanto as diferentes categorias de excepcionalidade quanto o direito dos educandos com necessidades especiais à inserção nos meios educacional e social.

A conscientização dos educandos que não necessitam de educação especial, da importância de se facilitar a convivência com os que dela precisam e de respeitar as diferenças que possam existir também é essencial para o sucesso da inclusão nas nossas escolas. Eles devem ser capazes de ver os que possuem necessidades especiais como seres humanos "inteiros", tão capazes de vencer nesse mundo capitalista onde vivemos como qualquer outro dito "normal".

Tornar realidade a educação inclusiva, por sua vez, não se efetuará por decreto, sem que se avaliem as reais condições que possibilitem a inclusão planejada, gradativa e contínua de alunos com necessidades educacionais especiais

nos sistemas de ensino. Deve ser gradativa, por ser necessário que tanto a educação especial como o ensino regular possam ir se adequando à nova realidade educacional, construindo políticas, práticas institucionais e pedagógicas que garantam o incremento da qualidade do ensino, que envolve alunos com ou sem necessidades educacionais especiais.

A Inclusão educacional não é uma utopia. Ela precisa ser mais bem estruturada, mas, com certeza, é viável. Podemos observar isto com o estudo de caso do Colégio Eduardo Guimarães, que segue com sucesso sua filosofia inclusiva a mais de vinte anos. Para que isto ocorra em toda a rede regular de ensino, é necessário que avanços aconteçam. Os sistemas de ensino precisam conhecer a demanda real do atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais e a qualidade de seu processo formativo.

Para realizarmos a Educação Inclusiva com sucesso em nosso país não é necessário apenas garantir a matrícula das pessoas com necessidades especiais, incluir fisicamente estas pessoas, há que se melhorar a qualidade do processo de ensino/aprendizagem e das interações entre todos os que participam e compõem a comunidade escolar: profissionais envolvidos, alunos e suas famílias, que constituem um espaço de alteridade no qual as relações se dinamizam, estabelecendo fronteiras que tanto unem, quanto separam pessoas.

**BIBLIOGRAFIA**

**BIANCHETTI, Lucídio. Aspectos históricos da apreensão e da Educação dos considerados deficientes** In: Um Olhar Sobre a Diferença – Interação, trabalho e cidadania. Campinas, SP: Papirus, 1998

**BRASIL, Lei n.º 9394, de dezembro de 1996. Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Capítulo V.**

**BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena. CNE, 2001.**

**BRASIL. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. CNE, 2001.**

**JOVER, Ana. Inclusão: Qualidade Para Todos. Escola Nova. São Paulo: n.º 123, p.13, 1999, mensal.**

**MANTOAN, Maria Teresa Eglér et al. A. Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon/SENAC, 1997.**

**MOREIRA, Renata. Educação Especial: Escola brasileira está atenta à solidariedade humana. Jornal do MEC. Brasília- DF: n.º 1, p.11, 2000, mensal.**

**MOTTA, Elias de Oliveira. Direito Educacional e Educação no Século XXI. Brasília: Unesco, 1997.**

**NALLIN, Araci. reabilitação em instituição: suas razões e procedimentos – análise e representação do discurso. Brasília: CORDE, 1994. p.184.**

**Projeto Pedagógico do Colégio Eduardo Guimarães.** Rio de Janeiro: 2002.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma Sociedade para Todos.**  
Rio de Janeiro: WVA, 1997.

## ANEXO 1

### DIRETRIZES GERAIS

Repensar a filosofia educacional, de modo a valorizar e respeitar as diferenças individuais e que implicam na individualização do atendimento.

- Assegurar, dentro dos diferentes órgãos governamentais e não – governamentais, a execução de mecanismos legais e funcionais que garantam, continuamente, articulações entre os diferentes níveis de planejamento educacional nas esferas federal, estadual e municipal, entre OGs e ONGs.
- Desenvolver ações articuladas e integradas, entre as áreas de educação, ação social, saúde e trabalho, para os processos de avaliação/acompanhamento, diagnóstico diferencial, atendimento educacional e preparação para o trabalho.
- Produzir, em parceria com órgãos de ensino superior, o amplo programa de formação e / ou especialização de recursos humanos na área de educação especial.
- Promover articulações com os Conselhos Estaduais de Educação, para a inclusão de disciplinas ou de itens em disciplinas do currículo, além de estágios em Educação Especial, na grade curricular dos cursos de formação de magistério a níveis de 2º e 3º Graus, bem como em todos os cursos superiores (3º e 4º Graus).
- Assegurar a participação da educação especial nos processos decisórios dos órgãos onde se insere.
- Apoiar programas voltados para o preparo profissional das pessoas portadoras de deficiências, de conduta típicas e de altas habilidades, com vistas à sua integração na força de trabalho.

- Integrar às ações de vários níveis de planejamento educacional e administrativo nas esferas federal, estadual e municipal, sob a coordenação do MEC.
- Capacitar e apoiar recursos humanos do ensino regular para o atendimento educacional aos portadores de deficiências, de condutas típicas e de altas habilidades.
- Apoiar o sistema regular de ensino para a integração dos educandos com necessidades especiais.
- Incentivar, desenvolver e divulgar estudos e pesquisas na área de educação especial, com participação efetiva das universidades.
- Favorecer a integração efetiva do ensino especial (em OGs e em ONGs) no quadro de sistema geral da educação, obedecendo os dispositivos legais quanto à obrigatoriedade de ensino, resguardadas as necessidades específicas dos educandos portadores de deficiência de conduta típicas e de altas habilidades, estabelecendo mecanismos flexíveis quanto à relação idade / série.
- Expandir a oferta de educação especial, de acordo com as peculiaridades regionais e locais, valorizando a cultura local como elemento básico do processo educacional.
- Desenvolver e apoiar programas sistemáticos de prevenção das várias deficiências através da mobilização e integração com os demais órgãos afins, governamentais e não-governamentais.
- Melhorar a capacidade da rede física instalada, eliminando as barreiras arquitetônicas já existentes.
- Assegurar aos profissionais e / ou acadêmicos, estágio com atuação prática na área de educação especial, nas instituições educacionais.
- Realizar o atendimento sócio-psicopedagógico o mais cedo possível, com base em diagnóstico que envolva procedimentos de avaliação global.
- Estimular o atendimento a pessoas portadoras de necessidades especiais em educação infantil, particularmente em estimulação essencial.

- Adotar mecanismos que oportunizem a participação efetiva da família no desenvolvimento global do aluno.
- Incentivar programas de aprimoramento ou formação de docentes de especialistas em educação, envolvendo o pessoal das secretarias – afins do MEC e das secretarias de educação dos estados e municípios.
- Valorizar social e profissionalmente o grupo magistério, por meio de programas de formação permanente que estimulem a melhoria do trabalho docente.
- Garantir a participação de pessoas portadoras de deficiências, de condutas típicas e de altas habilidades nos processos de discussão e planejamento educacional e em quaisquer assuntos que lhes possibilitem igualdade de oportunidades e melhoria na qualidade de vida.
- Implementar atendimentos especializados às crianças da primeira infância, de 0 a 3 anos, com base em diagnóstico que envolva procedimentos de avaliação global.
- Desenvolver mecanismos de avaliação e acompanhamento de progresso do aluno, com rotina curricular.
- Promover articulação entre as instituições governamentais e não - governamentais de educação especial objetivando o intercâmbio de técnicos para atuarem em cursos de capacitação de recursos humanos para a área de educação especial.
- Estimular a parceria com ONGs especializadas, cedendo professores da rede governamental e garantindo tratamento de reabilitação para alunos matriculados nas OGs.
- Criar e / ou fortalecer mecanismos alternativos de ensino à distância na formação e capacitação de recursos humanos para a área de educação especial
- Divulgar a Educação Especial, visando à conscientização da sociedade sobre as questões referentes às pessoas portadoras de deficiências, de condutas típicas e de altas habilidades.

- Conscientizar e comprometer os segmentos sociais, a comunidade escolar, a família e o próprio portador de necessidades especiais, na defesa de seus direitos e deveres.
- Divulgar e implementar o uso da informática como recurso alternativo de apoio ao educando e / ou profissional da educação especial.
- Oferecer recursos e serviços institucionais adaptados às pessoas portadoras de deficiências e de condutas típicas para o desenvolvimento integral de suas potencialidades.
- Garantir o término dos estudos aos portadores de deficiências e de condutas típicas.
- Garantir a produção de livros em Braille e falados, para pessoas portadoras de deficiência de visão.
- Estimular o uso da Língua Brasileira de sinais para surdos.
- Estimular a implantação de propostas inovadoras.
- Divulgar propostas existentes e bem-sucedidas.
- Incrementar os recursos financeiros para a manutenção, expansão e investimentos na qualidade da educação especial.

## ANEXO 2



*Câmara Municipal do Rio de Janeiro*

## MOÇÃO

Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, seja inserido nos Anais desta Casa de Leis, **MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES E LOUVOR** à Diretoria, Professores(as) e Equipe do **COLÉGIO EDUARDO GUIMARÃES**.

*A escola é vista como uma extensão da nossa casa, por complementar a nossa formação, preparando-nos para a vida em sociedade, é através dela que aprendemos os primeiros fundamentos para o desenvolvimento de nossa cultura, dos valores morais e da cidadania plena. Recebemos a educação necessária e indispensável à construção de uma sociedade desenvolvida, justa e produtiva, processo pelo qual obtêm a experiência para o nosso crescimento e igualdade social.*

*E isto se deve àqueles que, com dedicação à causa educacional, não desistiram de criar em nossas escolas o ambiente necessário para que ela proporcione ganhos aos seus alunos; àqueles que, com afincos, conquistaram o direito de ostentar o título de Mestre.*

*Ao COLÉGIO EDUARDO GUIMARÃES ofereço esta homenagem em reconhecimento ao trabalho desenvolvido em prol da educação e da melhoria da qualidade de vida da população da cidade do Rio de Janeiro.*

*Parabéns !*

*Plenário Teotônio Villela, 15 de outubro de 1998.*

*S. Ferraz*  
**S. FERRAZ**  
 VEREADOR

**ANEXO-2**

## ANEXO 3

### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

São os seguintes os objetivos específicos formulados na Política Nacional de Educação Especial no IESGM:

- Desenvolvimento global das potencialidades dos alunos.
- Incentivo à autonomia, cooperação, espírito crítico e criativo da pessoa portadora de necessidades especiais.
- Aquisição de hábitos intelectuais, de trabalho individual e em grupos.
- Aquisição do "saber" e do "saber fazer".
- Preparação dos alunos para participarem ativamente no mundo social, cultural, dos desportos, das artes e do trabalho.
- Desenvolvimento das habilidades lingüísticas, particularmente dos surdos.
- Integração dos portadores de necessidades especiais à sociedade.
- Acesso e ingresso no sistema educacional, tão logo seja identificada a necessidade de estimulação essencial.
- Frequência à escola em todo o fluxo de escolarização, respeitados os ritmos próprios dos alunos.
- Expansão do atendimento aos portadores de necessidades especiais na rede regular e governamental de ensino.
- Envolvimento familiar e da comunidade no processo de desenvolvimento da personalidade do educando.
- Ingresso do aluno portador de deficiências e de condutas típicas em turmas de ensino regular, sempre que possível.
- Oferta educacional até o grau máximo de aprendizagem compatível com as aptidões dos alunos.
- Apoio ao sistema de ensino regular para criar as condições de integração dos portadores de necessidades educativas especiais.

- Organização de ambiente educacional o menos restritivo possível.
- Provimento do sistema escolar com aparelhos específicos e recursos institucionais e tecnológicos de apoio educativo.
- Aquisição de material didático pedagógico moderno e suficiente.
- Adequação da rede física quanto a espaços, mobiliário e equipamentos.
- Eliminação de barreiras físicas, ambientais e culturais.
- Criação ou adequação de ambientes físicos destinados ao atendimento em salas de recursos.
- Oferta de condições pedagógicas aos portadores de deficiências sensoriais, para que tenham educação integral e se tornem mais independentes.
- Oferta, aos portadores de deficiência física, de condições pedagógicas para vivenciarem situações que lhes permitam desenvolver níveis cada vez mais complexos de independência.
- Oferta de livros falados e de livros didáticos e Braille para cegos, de material de leitura e escrita ampliados para portadores de visão reduzida e de aparelhos coletivos de amplificação sonora para surdos.
- Provimento do sistema escolar de mobiliário e de recursos tecnológicos para o processo ensino – aprendizagem do portador de deficiência física.
- Oferta de recursos pedagógicos adequados às necessidades dos portadores de deficiência múltipla.
- Apoio ao corpo técnico / docente de educação especial, para o desenvolvimento de estudos e pesquisas em torno da aprendizagem dos portadores de necessidades especiais.
- Atendimento obrigatório em estimulação essencial, de forma a prevenir o agravamento das condições de crianças de 0 a 3 anos e a estimular o desenvolvimento de suas potencialidades.
- Atendimento educacional adequado às necessidades especiais do aluno, no que se refere a currículos adaptados, métodos, técnicas e material de ensino diferenciados, ambiente emocional e social da escola favorável à integração social dos alunos, pessoal devidamente motivado e qualificado.

- Conscientização da comunidade escolar para a importância da presença do aluno de educação especial em escolas da rede regular de ensino.
- Exercício do direito da escolha das filosofias de educação para surdos.
- Avaliação permanente, com ênfase no aspecto pedagógico e considerando o educando em seu contexto biopsicosocial, visando a identificação de suas possibilidades de desenvolvimento.
- Participação dos educandos portadores de necessidades educativas especiais nas atividades de educação física, práticas desportivas, atividades cívicas e sociais escolares.
- Melhoria da qualidade do processo ensino / aprendizagem na educação especial.
- Desenvolvimento de programas voltados à preparação para o trabalho.
- Criação e desenvolvimento de programas diversificados de enriquecimento e aprofundamento curricular para os portadores de altas habilidades.
- Aprimoramento do ensino da língua portuguesa para surdos nas formas oral e escrita, por meio de metodologia própria.
- Incentivo à utilização da língua brasileira de sinais (LIBRAS), no processo de ensino – aprendizagem de alunos surdos.
- Incentivo a estudos e pesquisas desenvolvidos pelos alunos, nas diversas áreas do conhecimento.
- Ensino da escrita e leitura em Braille para cegos, bem como da metodologia adequada à realização de cálculos.
- Implantação de programas diversificados, onde qualquer aluno possa trabalhar suas capacidades latentes, desenvolvendo – as em altas habilidades, mesmo que se trate de educandos com deficiências ou condutas típicas.
- Estímulo ao desenvolvimento da informática em educação especial.
- Integração técnico – pedagógica entre os educadores que atuam nas salas de aulas do ensino regular e os que atendem em salas de recursos da educação especial.

- Criação de centros de preparação e confecção de material pedagógico específico às necessidades dos alunos.
- Racionalização do atendimento prestado nas organizações não – governamentais de ensino.
- Incentivo à oficialização das LIBRAS.
- Integração das equipes de planejamento da educação comum com as de Educação Especial, em todas as instâncias administrativas do sistema educativo.
- Desenvolvimento de ações integradas nas áreas de ação social, educação, saúde e trabalho.
- Cooperação técnico – financeira racional e agilizada entre os sistemas estaduais e municipais de ensino, governamentais ou não.

## ANEXO 4

Processo de concretização das intenções educativas:

